

# A produção científica em tempos de incerteza:

a urgência de se (re)pensar o fazer científico

Por Antônio Augusto Zanoni<sup>12</sup>

## Resumo

Através de uma análise tanto bibliográfica quanto subjetiva, o presente artigo busca em um primeiro momento, mostrar a rapidez com que o tempo flui e como a ciência está sendo materializada em tempos onde o progresso está a produzir entulhos. No segundo ponto do artigo, procura-se mostrar como é importante ter uma ciência – seja essa histórica ou não – mais verticalizada e que tenha possibilidade de chegar à população de forma a esses também participarem das discussões. É relevante levar em consideração portanto, os motivos pelos quais a população não participa dessa discussão. Não menos importante, o artigo enfatiza que é função do historiador desnaturalizar os discursos presentes na atualidade, mostrar que a produção científica não é opinião e que o Brasil se encontra num *topos* desprovido de alteridade.

Palavras-chave: Ciência - Verticalização - Conhecimento Científico – Sociedade - História

## Abstract

Through both a bibliographic and a subjective analysis, this paper first seeks to show how quickly time flows and how science is being materialized in times where progress is producing debris. In the second point of the article, we try to show how important it is to have a science - whether historical or not - that is more vertical and able to reach the population so that they can also participate in the discussions. Therefore, it is relevant to consider the reasons why the population does not participate in this discussion. Not least, the article emphasizes that it is the historian's job to denaturalize the discourses present today, to show that scientific production is not opinion and that Brazil is in a *topos* devoid of alterity.

Keywords: Science - Verticalization - Scientific Knowledge - Society - History

---

12 Mestrando em História pela Universidade de Passo Fundo.

# Introdução

Esse trabalho surge de indagações, dúvidas, anseios e perturbações do meu ser, quanto sujeito histórico e profissional da história. A pesquisa aqui realizada não foi idealizada através de um único aporte teórico, pelo contrário, sua construção se deu através de uma colcha de retalhos historiográficos, das experiências, vivências e trocas de pensamentos com outros pesquisadores, em diversos momentos e em diversos espaços, tanto formais quanto informais.

As ideias aqui expressas não refletem uma verdade absoluta. O construto aqui presente é a tentativa de entender como nós, profissionais da história, estamos postos nesse novo tempo acelerado, com toda a necessidade de produzir, apresentar trabalhos, dar aulas, fazer cursos, enfim, viver nesse ambiente construído para o século XXI. Do mesmo modo, é pensar como nós podemos continuar a fazer ciência, ao mesmo tempo que consideramos a importância de levar as nossas pesquisas ao público para que meias verdades, quando não completas falsidades, não continuem a circular em nosso meio cotidianamente e naturalmente.

Sobre o projeto conservador vigente no Brasil atual, podemos fazer uma analogia a seguinte frase de Harari:

a história da Torre de Babel, a história de Ícaro, a história do Golem e incontáveis outros mitos ensinavam as pessoas que qualquer tentativa de ir além das limitações humanas inevitavelmente levaria à frustração e ao desastre (2017, p. 274).

De outro modo, o que se tem na realidade brasileira atual é um governo que não fomenta a ciência e a descoberta, que seleciona o que deve ser ensinado em determinadas áreas, e que ainda, determinadas áreas do conhecimento são mais relevantes que outras. Há um mito – tanto narrativo quanto corpóreo – que deslegitima verdades e possibilidades, que discursa de modo a incitar, criar e continuar um imaginário de limitações nacionais que são entre outras coisas, excludentes de etnias, de gostos, de gêneros e, portanto, de novas possibilidades.

Mais do que chegar a uma conclusão, pretendo trazer novas ideias para que possamos juntos, pensar sobre as temáticas aqui discutidas e tentarmos, como professores e pesquisadores, entendermos esses

movimentos de desconstrução tanto da ciência como um todo, quanto na ciência histórica principalmente. No entanto, é importante ressaltar que as discussões realizadas aqui não permaneçam apenas no campo das ideias, mas que possam gerar ações por parte do leitor, com a intenção de modificar de forma pragmática o fazer do e no campo da história.

## História, aceleração do tempo e pensamento crítico

Em tempos onde a pressa nos acompanha e até nos “ultrapassa” no cotidiano da vida, a quantidade de publicações científicas em detrimento da qualidade das mesmas, merece tempo e espaço para discussão. Imersos nessa realidade, pesquisadores, alunos e instituições necessitam de um olhar atencioso ao fenômeno de se “fazer ciência” – produzir conhecimento científico. É evidente que a ciência produzida em universidades federais – e em todas as outras instituições de ciência – representa um impacto notável na comunidade, entretanto, acontecimentos recentes onde o julgamento pejorativo desses espaços – compreendidas aqui as instituições federais – veio à tona em meio a população, prova que muito do que se produz não atinge ou não é compreendido por esse grupo de pessoas.

Como pesquisadores, nos cabe questionar tais entraves, repensar a maneira como concebemos a pesquisa científica e, mais do que isso, como o corpo social que nos cerca recebe os resultados de nossas pesquisas e compreende a relevância das mesmas para a sociedade. Precisamos, para isso, analisar com cautela os meios de avaliação e como a comunidade científica classifica pesquisadores e instituições, onde a quantidade tantas vezes põe em detrimento a qualidade do que é produzido. Ademais, tal fato pode ser correlacionado à necessidade de se elaborar respostas rápidas à tantas questões - deveras em alta nas discussões acadêmicas - e que, ao seu final possuam um público interessado em consumir este material.

Diante de tal, com a necessidade de se produzir em grande quantidade para um público<sup>13</sup> sem paciência para aguardar por respostas, a qualidade das produções pode acabar sendo comprometida e, conseqüentemente, críticas quanto a relevância de se produzir ciência

---

<sup>13</sup>Entende-se por público aqui, toda a comunidade que se engaja em ir atrás de respostas, quanto e principalmente, a academia e as plataformas científicas, que entre quantidade e qualidade, focam na primeira.

recaem sobre as instituições públicas. Com isso, consolida-se um ciclo, onde o mesmo público que julga a instituição, sem conhecer o que ali é produzido, não dedica tempo a procura de material científico sério, pois prefere respostas breves e rápidas. Do outro lado, instituições e pesquisadores estão condicionados a produzirem em número, e assim, a função de expandir a pesquisa e gerar benefícios para a comunidade externa também acaba sendo afetada.

Além do mais, são tempos onde se busca destruir o conhecimento e não apenas o revisar. São tempos de recusa de fatos, forjamento de falsidades, produções rasas e distanciadas da sua historicidade. Lembrando desta pequena citação do texto de Eduardo Galeano, “até que os leões tenham seus próprios historiadores, as histórias de caçadas continuarão glorificando o caçador” (1989, p. 63), percebe-se que até não ser realizada uma pesquisa que influencie a grande massa da população, grande parte da mesma continuará a sua narrativa contra a ciência.

São tempos onde o trabalho do historiador e da ciência são muito requisitados. Fazer ciência em tempos onde o governo tem projetos políticos que expandem, defendem e propiciam recursos a ciência é uma tarefa relativamente fácil, todavia, assim como em períodos de guerra onde mais se necessita os soldados, é em tempo de crise epistemológica que mais se faz necessários os cientistas e professores.

Todos nós estamos atrelados – mas não necessariamente presos – ao nosso tempo histórico. Pensar sobre o tempo, portanto, nunca é uma tarefa fácil. Envolto de camadas, o próprio conceito de tempo é volátil e se altera no processo histórico. Este tem se tornado cada vez mais incerto, à medida que há uma sensação de aceleração, isto é, que o tempo cronológico é encurtado, que há uma ausência de significantes da realidade. Essa aceleração é notada a partir da Revolução Industrial, onde as máquinas reduzem o tempo – seja do trabalho, de viagens ou da diversão – e a sensação de distância – entre pontos geográficos – ao passo que tanto tempo quanto espaço, influenciam na criação de novas relações sociais. Enquanto o tempo e essa aceleração são sofridos por todos, o conceito de progresso quanto melhoramento é, portanto, um conceito que serve as classes detentoras de poder.

Vê-se o progresso como uma locomotiva, que continua a acelerar para um futuro incerto. Um exemplo mais vigoroso se segue na tese 9 do texto de Benjamim:

Há um quadro de Klee que se chama Angelus Novus. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão

escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos progresso (1940, p. 3).

Figura 1: *Angelus Novus*, de Klee. Acesso em:



14 de agosto de 2019. Disponível em:  
<https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/d/db/Klee-angelus-novus.jpg>

O progresso, portanto, é a marcha para um futuro incerto, em constante aceleração, bem exemplificado na reflexão de Walter Benjamin sobre os resultados catastróficos da I Guerra Mundial, onde

uma geração que ainda fora à escola num bonde puxado por cavalos se encontrou ao ar livre numa paisagem em que nada permanecera inalterado, exceto as nuvens, e debaixo delas, num campo de forças de torrentes e explosões, o frágil e minúsculo corpo humano (BENJAMIN, s/d:198. Apud: D'ALESSIO, 2011, p. 80).

Em um pequeno espaço de tempo, de idas tranquilas a escola de carroça puxada a cavalo, as mesmas crianças quando adultos, se encontraram em um espaço e tempo ressignificados de tal forma a perder qualquer exemplo proveniente da experiência e oportunidades a partir da expectativa<sup>14</sup>.

Essa aceleração, ao mesmo tempo que nos propicia novas possibilidades, nos limita a outras. Como pesquisadores e professores de história, necessitamos atualmente trabalhar além de nossas jornadas regulares de trabalho se quisermos “darmos conta” do básico, isso é, da preparação de aulas, aplicação e correção de atividades avaliativas. Mas de fato, o fazer história é muito mais. É estar em contato com as mais diversas literaturas, participar de eventos, entrar em contato com pesquisadores tanto da sua área quanto de outras e não menos importante, é não esquecer que o professor e pesquisador não se limita ao conhecimento da sua área, mas também necessita aprender outros idiomas, lidar com as novas tecnologias, etc. Portanto, nos é exigido ações e produções de e em um tempo que não condiz com o qual vivenciamos, com salários que não cobrem nem as necessidades básicas da licenciatura ou da pesquisa e em ambientes e situações frequentemente adversas, no qual o professor varia de inimigo a familiar.

Soma-se a dificuldade de discussão desse tema, a subjetividade que a cada ser pertence, a sua história, ao seu local de fala. Não podemos esquecer que há diferença de um professor universitário de uma universidade federal, onde alguns dão 8 horas de aula semanais e o resto do tempo podem focar em suas pesquisas e projetos por exemplo, enquanto há professores de rede estaduais trabalhando 40 horas semanais, cada qual com distintas realidades sociais. A assertiva que quero levantar, é que o tempo se torna relativo a cada pesquisador de acordo com seu meio, e que as instituições de vigilância não levam isso em consideração. Não podemos esquecer que o handicap desigual atinge também a esfera da docência.

## Verticalização da pesquisa

No livro *Sapiens*, Harari faz uma bela abordagem de como o capitalismo tomou a ciência para seus fins, de como os detentores de poder escolhem quanto recurso

---

<sup>14</sup>Para melhor compreender os conceitos de campo de experiência e horizonte de expectativa ver *Futuro Passado* de Reinhart Koselleck.

repassar a pesquisa e que tipo de pesquisa, de modo frequente a essa gerar ainda mais poder. Juntamente com o espírito de nos considerarmos ignorantes, e querermos encontrar respostas para questões que surgem, nos movemos pela história, como seres para a morte. Uma elite que proporciona fundos a instituições e pessoas que buscam conhecimento, são os dois fatores que movem a ciência moderna. Mas a questão é: que tipo de ciência? A ciência que busca proporcionar lucro ou aquela que pode vir a desconstruir narrativas de longa duração?

Portanto, o trabalho do cientista não pode, de nem uma forma, se igualar ao dos influenciadores digitais, youtubers em busca de likes e páginas de redes sociais que trazem inverdades. Esse, deve produzir conhecimento paulatinamente, ao passo que leve seus resultados ao povo. O historiador Christophe Prochasson (2008) argumenta que:

[...] estaríamos sob um novo regime de escrita. [...] ao historiador de ofício seria exigida cada vez mais uma escrita submetida aos ditames dos afetos, sejam eles derivados de engajamentos políticos específicos, de crenças particulares, ou mesmo derivados de um convite à individualidade do historiador. Este seria instado a mostrar-se por meio de seu texto, postura bastante diversa da que o obrigava a esconder-se por trás da pesquisa científica (apud: GUIMARÃES, 2011, p. 96).

Deve-se haver assim, verticalização dos assuntos estudados, de modo a criar conhecimento mais preciso e que perdurem mais. Em outras palavras, as pesquisas devem abordar temas mais a fundo em vez de ficarem restritas ao básico, permitindo que o conhecimento produzido deste trabalho consiga ser mais real, palpável e verdadeiro. Falar de tudo isso no campo da história é complexo. Sabe-se que o real e a verdade são coisas passageiras ou subjetivas, mas ao mesmo tempo, deve-se ter em mente que é necessário uma linha guia para trabalhar a história, isto é, conceitos que sirvam para avançar no campo de estudo, ou ficaríamos apenas numa constante busca pelo já estudado e pelo igual. A história não é somente passado; ela se utiliza deste para produzir resultados no presente. O estudo da história é, entre outras coisas, ressignificar o presente através do passado.

É importante ter em mente que, quando se fala em aumentar a qualidade, a ideia é desfazer meios conhecimentos. A velocidade da mudança em nosso tempo histórico atual é tamanha, que nos faz necessitar novos pontos de ancoragem na própria pesquisa, ou

seja, alguns pontos de certeza para que novos conhecimentos sejam produzidos, ou ficaríamos em uma eterna revisão.

Ao mesmo tempo, pensar num conhecimento que perdure mais não é querer criar dogmas, mas criar narrativas históricas que possibilitem a história a trabalhar em novos e outros temas para contribuir na nossa sociedade atual. Mesmo que ainda determinada gama da população possa querer rejeitar as descobertas científicas, negá-las ou banalizá-las, criar uma produção mais vertical, precisa e que perdure, juntamente com sua apresentação a população, surtirá efeito pois criará significado no indivíduo. O real, verdadeiro e palpável do que compõe o sujeito social necessitará do conhecimento histórico, para que ele se entenda quanto indivíduo posto num meio, enquanto sujeito histórico e produtor de história. Uma vez que tornarmos um indivíduo crítico ao seu meio, possivelmente ele repassará isso a seus filhos e ao passar das gerações, a possibilidade de haver mais sujeitos que vão contra as fantasmagorias do mundo. Ainda de outra forma, daremos possibilidades que os sujeitos se entendam como sujeitos híbridos, formados a partir de diferentes experiências e narrativas; antes de “ensinar história”, há de se ensinar que somos sujeitos históricos.

Toda ciência deve continuar a ser contestada através de novas descobertas e fatos, mas para tal, deve-se dar o ambiente para essa ser produzida. De nada adianta criar diversos artigos que dificilmente chegarão ao público – e as vezes até mesmo a outros pesquisadores se esses forem rasos e trouxerem pouca contribuição. A necessidade constante de se produzir ciência para ter um currículo maior no lattes por exemplo, pressiona os pesquisadores a deixarem de produzir pesquisas de seus gostos, ou restringem os mesmo de produzir com seus alunos pois a academia não permite. Se não houver a obrigatoriedade de se produzir três ou quatro artigos durante o período de um ano, por exemplo, não haveria a necessidade de vigiar quem está ou não produzindo, se utilizando do outro para pôr seu nome no texto. A ciência estaria mais aberta a produções necessárias, e feita por cientistas que a quisessem produzir, sem obrigação, mas por gosto, e possivelmente, melhor desenvolvidas. A vigilância de quantidade seria substituída pela vigilância de qualidade de produção, ou seja, estaria “em jogo”, a reputação do autor da pesquisa e sua possibilidade de avançar ou se estagnar no campo da ciência.

A própria ciência está sendo sufocada pela rapidez que verdades e fatos são substituídos. Ao produzir pesquisas mais verticalizadas/completas, as verdades tornam-se menos facilmente substituíveis e contestáveis, não de modo a se tornarem dogmas, mas



de maneira que possibilitam o mundo ser mais habitável a realidades palpáveis. O pesquisador brasileiro frequentemente não acha tempo para estar inteirado em todas as novas fontes e as novas pesquisas, enquanto dá aulas, faz cursos, e ainda seus afazeres do dia-a-dia. Ao produzir então uma pesquisa mais integral e confiável, o pesquisador que se utilizar de determinada fonte, poderá focar mais nessa fonte, evitando que tenha que ir atrás de muitas outras que falam em grande parte do mesmo assunto, não com a intenção de adicionar algo a ele, mas apenas em reproduzi-lo através de outras palavras. Nesse intervalo de tempo que *economiza* com fontes “repetidas”, o pesquisador poderá desenvolver então sua pesquisa, que servirá também de base para outros pesquisadores produzirem de forma mais vertical. De certo modo, utilizar-se da ideia de *economia* até mesmo no fazer científico, é estar preso ao sistema e se adequar a ele, mas, no entanto, é também se utilizar do precioso tempo de forma pragmática para achar soluções palpáveis para tornar o tempo presente mais habitável.

Tem sido construído aqui, a ideia de uma rede de conexões, que depende de várias pessoas e instituições para haver um resultado eficaz. Para tal empreitada, deve ser discutido sobre o que quer ser silenciado, como por exemplo, o genocídio judeu, a necessidade de vacinação e o formato da terra; devemos levar provas aos locais públicos, praças e ruas. Também, é através de instituições do governo, apoio escolar unânime e de uma classe de professores unida com o objetivo de debater com os alunos a se tornarem sujeitos que buscam a verdade, é que poderemos superar barreiras intelectuais.

Mesmo que muito do que foi dialogado aqui pareça utópico, deve-se ter em mente que a apenas 160 anos, Charles Darwin escreveu sobre a lei do mais apto, até hoje refutada por religiosos fervorosos. Há aproximadamente 500 anos atrás, Copérnico desenvolvia a teoria heliocêntrica. Há apenas duas décadas, o genoma humano foi mapeado. Mesmo com toda resistência por parte dos conservadores, a ciência tem avançado, outrora de forma lenta, onde a produção precisa era o principal. A própria ciência hoje foi capturada pelo capitalismo a ponto de darmos maior ênfase a quantidade do que a qualidade. Há um medo na perda do emprego, da ausência de recursos, medo esse que tem mostrado que o sistema de vigiar e punir é eficaz e deve ser combatido.

O capitalismo tem avançado, criando estratégias para combater a ciência que não lhe é útil e dando ênfase a aquela que propicia resultados que lhe agrada. Que tipo de ciência é essa que, para ficarmos apenas em nossa realidade, o governo brasileiro tem se levantado

contra? É essa ciência que traz resultados e revoluciona as visões de mundo, ou uma ciência complacente com a estabilidade? E mais importante, como profissionais da história e conhecedores das barbáries, como estamos nos colocando perante tais situações?

## Pesquisa científica e prática

Considerando a questão acima levantada sobre a expansão da ciência à comunidade, se faz necessário trabalhar aqui com alguns pontos específicos. Primeiramente, é válido ressaltar que cada ciência dentro de sua própria área pode constituir relevância para diferentes meios sociais. Não necessariamente um morador/pesquisador de uma região que sofre com a falta de saneamento básico precisa desenvolver uma pesquisa a fim de trazer melhorias para esse problema citado. Todavia, se o mesmo o fizer, certamente o olhar da comunidade que o cerca para com ele e seu trabalho será diferenciado, uma vez que os benefícios da sua pesquisa serão vistos e notados de forma positiva, pois um problema real foi sanado.

Há uma necessidade de perceber as vantagens que certa pesquisa pode trazer para o “meu” meio social. Em contraponto, há uma enorme dificuldade em compreender os problemas de outro meio social – por vezes diferente – e que enfrenta os entraves de sua própria realidade. Se determinada pesquisa traz soluções ou alguma vantagem para a prática do “outro”, com a mesma rapidez, a pesquisa pode passar por irrelevante ou pode ser adaptada ao meu meio, é relativo a cada meio sócio-histórico. Então, abre-se espaço para uma nova discussão, ainda dentro desse eixo. Como definir ou mensurar a relevância de algo? Não cabe a nós, sujeitos históricos, construir apenas um significado para um conceito de tamanha subjetividade, mas sim, devemos pensar em respostas plurais para tal, para que a pesquisa seja utilizada em um contexto de utilidade pública, e não apenas a pequenos grupos.

Segundamente, é preciso compreender, se não totalmente ao menos em parte, a bagagem cultural que forma determinado grupo social. Se estamos discutindo sobre a pesquisa científica atingir ou não as massas, e acima falamos sobre a relevância que a comunidade confere a ciência, precisamos entender que processos históricos fomentaram tais significantes. E, se buscamos uma ciência capaz de atingir e beneficiar a comunidade externa, a ideia de fragmentação da ciência precisa

perder espaço. Tampouco se apropriar de uma linguagem extremamente técnica, apenas por questões estilísticas, que prejudica as problemáticas aqui tratadas.

Terceiro, é primordial observarmos o papel do pesquisador – professor/aluno – em toda esta discussão. Muito se criticou aqueles que ao desconhecerem o espaço de uma Universidade Federal, lançaram críticas falaciosas – certamente, muitos o fizeram por simples e maldosas questões ideológicas. Mas é preciso um olhar àqueles que de fato não possuíram em sua trajetória a oportunidade de conhecer e compreender a relevância de se fazer pesquisa científica. Deste modo, se aplica uma observação a função dos profissionais pesquisadores. Se queremos uma sociedade que valorize a ciência produzida nas universidades, precisamos fazer a pesquisa chegar até ela. Sabe-se que muitos outros fatores externos interferem nesta situação, não sendo apenas responsabilidade do pesquisador, que depende de recursos – os quais, tantas vezes, não possui. Mas buscamos uma conscientização acerca da produção científica, então inevitavelmente é preciso debater acerca disso.

Mas não podemos ser apenas pessimistas e pensar que tanto o pesquisador em história quanto o professor de história não atingem na atualidade de uma forma ou outra a sociedade. Seja nos livros didáticos – tanto sua produção quanto escolha – quanto em consultoria para filmes, o profissional da história está exercendo sua função, pois ele é, ao mesmo tempo profissional e sujeito da história e, portanto, ele não pode dividir suas paixões, no máximo ele pode suprimi-las.

Em uma conferência de Lucien Febvre (1953) que o mesmo intitulou de *Viver a História*, o autor entende que o profissional da história deve viver o seu meio, sua pesquisa, isto é:

[...] para fazer história, voltem as costas resolutamente ao passado e, antes de mais nada, vivam plenamente a vida. Misturem-se à vida. À vida intelectual, sem dúvida, com toda a sua diversidade. [...] Mas, vivam também uma vida prática. Não se contentem em olhar da praia, preguiçosamente, o que se passa no mar agitado. [...] Arregacem as mangas [...] e ajudem os marujos em sua tarefa. Será tudo? Não. Isso de nada serve se continuarem separando ação e pensamento, vida de historiador e vida cotidiana. Entre a ação e o pensamento, não há tabiques, nem barreiras. Não deixem que a história tenha a aparência de uma necrópole inerte, pela qual passam unicamente sombras despojadas de substância. (p. 52. apud: PROST, 2008, p. 137).

Assim, entendemos que é nosso dever, decolonizar essa produção científica fordista, e nos colocarmos juntos aos sujeitos históricos. É importante que sejamos sinceros com nós mesmos, e digamos quando nosso corpo está exausto e improdutivo, quando nós mesmos erramos e criticarmos nossos próprios modos de produzir, pois a ciência é construção.

Deveríamos agir mais como um flâneur pelo mundo, isto é, explorando, visualizando, experienciando, indo ao contrário do que nos é requisitado diariamente, nos distanciando da fantasmagoria do homem-máquina e lembrarmos, através do conceito de Heidegger, que somos homens-para-morte, que nosso tempo é finito e que devemos tomar as melhores decisões com o pequeno tempo que nos é dado.

Assim como o anjo da história, que luta contra esse entulhar de coisas, o historiador é quem desnaturaliza verdades no imaginário coletivo em busca de uma alteridade entre os seres. Se continuarmos fechados em nossos muros e em nossas pesquisas, a tempestade do progresso continuará a entulhar barbáries e fantasmagorias nessa necrópole que é o tempo. Queremos que apenas nossos pares leiam – quando leem- nossas produções, ou queremos que elas sejam vistas por mais pessoas? Queremos continuar a exercer uma ciência elitista do século XIX em um tempo em que ela não mais se encaixa, distanciando-a da população ou queremos tornar ela democrática e possibilitadora de novas relações com o mundo em que estamos inseridos?

## Como verticalizar?

Mas como fazer? Como verticalizar? Tentarei criar um exemplo que vai de encontro com minha pesquisa: é comum a pessoas que gostem do Japão e de sua cultura, irem em eventos onde se reúnem para falar sobre o mesmo, comprar produtos típicos, escutar músicas, etc. É também comum que em eventos assim, haja concurso de cosplay, onde o sujeito se fantasia, se caracteriza e assume o personagem – cria uma nova identidade – pelo tempo que dura o evento. Usualmente, esses eventos aconteçam em grandes cidades, no entanto, o gosto pelo Japão não reconhece fronteiras. Determinado sujeito de uma cidade pequena pode vir a necessitar pegar transporte para ir até o evento, e por

um motivo ou outro, decide ir fantasiado. É possível que as pessoas que o encontrem na rua o achem esquisito, riam dele e por ventura, outras formas de barbárie possam ocorrer. Ao trabalhar o Japão e sua cultura em escolas, eventos na comunidade ou nos mais diversões ambientes, é possível mostrar que essa cultura não é tão distinta do que usar roupas de gaúcho, beber chimarrão e laçar bois de madeira – não no que se refere a suas práticas, mas sim aos seus significados. Quando o “eu” ver que o “outro” faz parte e está também posto em uma narrativa histórica, percebe-se que aquele não é estranho, diferente, anormal, ou até mesmo patológico, se seguirmos a linha de pensamento de Foucault.

Como eu, que estudo as memórias nos mangás de pós Segunda Guerra, posso modificar essa realidade? Não há uma única resposta ou um único meio, mas sim, parte de estratégias do meu conhecimento e do meu meio, assim como o auxílio da comunidade e das instituições para modificar todo um imaginário, se não daqueles que já tem um preconceito encrustado em si, de uma nova geração que está a entender esse mundo cada vez mais híbrido. Ainda na situação acima, poderia ser feito em aula, a explicação das culturas japonesas, gaúchas, e mostrar que as culturas no geral, sofrem modificações com o tempo.

Uma outra forma, seria pedir espaço ao prefeito, secretaria de educação ou a qualquer outro órgão responsável, a possibilidade de fazer um evento sobre o Japão, sua cultura e os benefícios da mesma para a comunidade. Uma terceira forma, é em eventos já destinados ao público que tem o Japão como um interesse, discutindo junto a eles, formas de se entender quanto sujeito híbrido e que busca respeito e igualdade, de que forma poderia argumentar com outros sujeitos sobre seus gostos e mostrar, através da história, que os próprios gostos são construções históricas. As repostas e os meios são inúmeros, variam para cada temática, cada local e cada sujeito envolvido, a única resposta certa é que não se pode deixar de levar aos sujeitos, pois de outra forma, qual seria o sentido de se produzir história?

## Considerações finais

Le Goff nos lembra que “devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens” (2003, p. 471. apud: D’Alessio, 2011, p. 89). Ao mesmo tempo, é importante

combater o silenciamento no próprio meio acadêmico, onde a produção acadêmica de pesquisadores é destrutada ou ignorada por seus pares, independentemente de ser bem produzida, por questões ideológicas ou rixas internas. Toda pesquisa científica tem sua relevância, e não se pode deixar de fazê-la, seja como ciência por si só, ou como descritora de um tempo e de um regime de historicidade.

Nesse mar de esquizofrenia, acrescenta-se a ausência de pensamento crítico que transforma os judeus em culpados pelo próprio genocídio, ou mesmo, nega-se o genocídio<sup>15</sup>, trazendo discursos nos quais as fotos, os locais – as memórias – são falsificadas, são montagens do próprio povo judeu. Chega-se ao ponto de existir um negacionismo da própria existência de toda uma etnia, como no caso indígena, onde desde 1500, as narrativas eurocêntricas levam o indígena a ser tratado como ser natural, ou seja, como animal, desprovido de humanidade e objeto de uso do colonizador.

Faz parte do papel do historiador portanto, desnaturalizar esses discursos que estão no subconsciente. Cito mais dois exemplos comumente conhecidos pelas crianças, pelo menos do Rio Grande do Sul: Quando determinada criança aprontava, fazia arte, não queria tomar banho, etc. era comum das mães falarem que se elas continuassem a desobedecer, a “bugra” ia passar pegá-las, seja para dar banho, ou levar para viver com ela. As crianças rapidamente tratavam de fazer o que lhes havia sido requisitado anteriormente. Também na mesma linha, falava-se quando a criança aprontava, do “velho preto do saco”, que esse iria pegar a criança e levá-la para morar com ele.

Cria-se no imaginário das crianças, desde pequenas, imagens negativadas das populações indígenas e negras, que vão se tornando mais fortes à medida que elas crescem e o discurso no seu meio se mantém estável, à medida que seu convívio é com aqueles que tem os mesmos pensamentos, os mesmos preconceitos. O historiador se faz necessário para desconstruir essas ideias e mostrar a importância de se entender quanto sujeito histórico. Ao mesmo tempo, faz parte do trabalho do historiador mostrar que as ciências humanas também são importantes e necessárias para o avanço da humanidade como um todo.

O Brasil é um país multiétnico, onde parte da população se vê como similar aos norte-americanos ou aos europeus. É um país onde, em parte, não há reconhecimento de sua história, da sua cultura e, portanto, ausente de significantes que tornem ele igualitário. Onde parte da população é acomodada com

---

15Ver produções de David Irving e Siegfried E. Castan, que negam de forma absurda a existência do genocídio judaico.

o seu jeito, mas ao mesmo tempo, com pressa de vir a ser igual ao “outro ideal”, buscando se construir como aquilo que não é e que não pode vir a ser. É um país onde parte da população é ausente de um *topos* possível de alteridade.

A função da história – aqui ampliando para todas as ciências – é tentar não frear a locomotiva do progresso, mas permitir que a mesma transite a não criar entulhos pelo caminho. Ao mesmo tempo em que devemos produzir ciência, não podemos manter nosso olhar fixo numa produção acelerada, apenas por produzir, procurando esgotar as novidades, os assuntos, as descobertas, pois essas, assim como a locomotiva que acelera, continuarão a ser reais e marcharão para o futuro. Nós, como cientistas, devemos executar a ação do anjo, tentar lutar contra essa aceleração, essa busca por conhecimentos rápidos, incompletos, entulháveis. É necessário de nossa parte frear essa pressa, produzindo trabalhos mais completos, com função social e levá-los até a massa, apresentá-los, torná-los palpáveis. Não há possibilidade de lutar contra a ignorância sem que nossas armas estejam em bom estado e sem que estejamos no campo de batalha.

## Referências Bibliográficas

BENJAMIN, Walter. **Teses sobre o conceito da história**. 2019. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3957253/mod\\_resource/content/1/Teses%20sobre%20o%20conceito%20de%20hist%C3%B3ria%20%281%29.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3957253/mod_resource/content/1/Teses%20sobre%20o%20conceito%20de%20hist%C3%B3ria%20%281%29.pdf)>. Acesso em: 25 ago. 2019.

D’ALESSIO, Márcia Mansor. Metamorfoses do patrimônio: o papel do historiador. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, História e Patrimônio*, no. 34, p. 79-89, 2011.

GALEANO, Eduardo. **O livro dos Abraços**. 9. ed. [s. L.]: Lpm, 1989. Disponível em: <<https://www.netmundi.org/home/wp-content/uploads/2017/08/GALEANO-O-Livro-dos-Abra%C3%A7os.pdf>>. Acesso em: 04 out. 2019.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. História, memória e patrimônio. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, História e Patrimônio*, no. 34, p. 91-111, 2011.

HARARI, Yuval Noah. *Sapiens: Uma breve história da humanidade*. Porto Alegre: Lpm, 2017.

SÁ, Teresa. Lugares e não lugares em Marc

Augé. **Revista de Sociologia da Usp**, São Paulo, v. 26, n. 2, p.209-229, nov. 2014. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/ts/v26n2/v26n2a12>>. Acesso em: 25 ago. 2019.